

---

## PROCEDIMENTOS DE INTERVENÇÃO NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS: DESAFIOS DO PROFESSOR

Núzia Roberta Lima<sup>1</sup>

Antônio José de Sousa Sampaio Barros<sup>2</sup>

### Resumo

Nos últimos anos, temos vivido um momento inédito no que diz respeito aos avanços legais relacionados à inclusão das pessoas com deficiência. Com foco nessa questão, diversos trabalhos evidenciam a distância significativa entre as políticas de educação inclusiva, os projetos propostos e as práticas em sala de aula. Este estudo, porém, objetivou discorrer sobre os desafios encontrados pelo professor ao desenvolver procedimentos de intervenção junto aos alunos com necessidades especiais, considerando as vivências da educação inclusiva com deficientes visuais. Posto isso, o referencial teórico-metodológico para a realização desta pesquisa fundamenta-se em autores que discutem a inclusão, com destaque para Carvalho (2014), Silva (2014), Alves (2005), Vizim (2001), Gaio e Meneghetti (2010). Utilizamos ainda como referencial as experiências por nós obtidas através de cursos de formação continuada e das práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto em sala de aula. Os resultados obtidos revelaram a importância da formação continuada do professor, bem como a necessidade de procedimentos de intervenção voltados a uma prática educativa mais inclusiva.

**Palavras-chave:** Inclusão. Professor. Práticas de intervenção.

### Abstract

In the last times, we are living an unprecedented moment in terms of legal advances in relation to the inclusion of disabled people. However, what several studies still show, is the significant distance between the policies of inclusive education, the projects proposed and the

---

<sup>1</sup> Professora substituta do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Campus Assú/RN. Mestre na linha de Pesquisa Formação Humana e Desenvolvimento Profissional. Docente no POSEDUC-UERN. E-mail: nrobertalima@hotmail.com

<sup>2</sup> Profissional de Educação Física da Educação Básica – Rede Municipal de Ensino – Mossoró/RN. Graduado em Educação Física. Especialista em Lazer, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN/ Faculdade de Serviço Social -FASSO/ Centro Federal de Educação Tecnológica do RN- CEFET/ Fundação de Apoio Ao CEFET-RN / FUNCERN. E-mail: antonijoseb@hotmail.com

practices in the classroom. This study aims to discuss the challenges found by the teacher when developing intervention procedures with students with special needs, considering the experiences of this inclusive education. The theoretical-methodological framework is based in authors who discuss the inclusion as: Carvalho (2014); Silva (2014); Alves (2005); Vizim(2001); Gaio and Meneghetti (2010). We used the analysis of the bibliographic references, the experiences obtained through continuing education courses and the pedagogical practices developed in the context of the classroom. The results obtained with this work talk to us about the importance of continuing teacher education, as well as intervention procedures of a more inclusive educational practice.

**Keywords:** Inclusion. Teacher. Intervention practices.

## 1 O início de um caminhar

No Brasil, os avanços legais em relação à inclusão das pessoas com deficiência tem sido, nos últimos anos, um dos assuntos mais discutidos. Com efeito, os que estão na condição de deficientes possuem os mesmos direitos garantidos a todos os seres humanos, conforme a Declaração dos Direitos Humanos (1948) e a Constituição Federal (1988). Portanto, é dever de todos buscar informações e desenvolver ações que garantam seus direitos.

Mediante o exposto, entendemos que a inclusão começa no ambiente familiar, se estendendo a todos os setores da sociedade. Sendo assim, a escola e todos os seus atores têm papel fundamental na consecução da educação inclusiva. Podemos admitir, então, que a inclusão depende tanto de políticas inclusivas quanto de práticas pedagógicas adequadas. No entanto, diversos estudos que abordam a temática evidenciam que ainda há uma grande lacuna entre as políticas de educação inclusiva, os projetos propostos e as práticas em sala de aula, ou seja entre a legislação vigente e a realidade educacional.

Dito isto, discutir a importância dos procedimentos de intervenção nas práticas educativas do professor passa a ser um grande desafio mediante a grande demanda, hoje, de pessoas com necessidades especiais nos espaços escolares. Para que possa desenvolver um trabalho de maior e melhor qualidade junto a esses sujeitos, é necessário que o professor conheça as possibilidades de intervenção, que saiba utilizar os recursos didáticos e as tecnologias assistivas em seu favor.

É importante ressaltar que o desejo de discutir a educação inclusiva nasceu das nossas inquietações enquanto agentes inseridos no processo educacional, e da necessidade de se promover a efetivação dos princípios da inclusão, hoje tão discutidos no meio educacional. Nessa reflexão, não podemos perder de vista, portanto, os demais sujeitos envolvidos nesse

processo, que inclui desde a família ao governo Federal, responsável pelas questões da legislação e legalização das políticas inclusivas. Como ponto de reflexão, lançamos, então, o seguinte questionamento: De que maneira os procedimentos de intervenção podem contribuir para uma prática pedagógica mais inclusiva?

Sabemos que a escola deve primar, sobretudo, pelo direito à educação, independente de raça, cor e sexo. Desse modo, pretendemos discorrer sobre os desafios encontrados pelo professor ao desenvolver procedimentos de intervenção junto aos alunos com necessidades especiais, considerando as vivências dessa educação inclusiva. Para tanto, nos valeremos de alguns estudiosos que podem ampliar as discussões acerca da temática discutida, tais como: Carvalho (2014), Silva (2014), Lacerda e Santos (2014), Gaio e Meneghetti (2010). Nosso intuito maior é fortalecer as discussões sobre as políticas de educação inclusiva e os desafios enfrentados pelos professores, além de evidenciar a importância da formação continuada desse profissional.

## **2 A educação inclusiva: um breve histórico**

Antes de aprofundarmos a questão proposta, achamos conveniente apresentar um breve histórico sobre a educação inclusiva, revelando como essa modalidade de educação iniciou seu processo de grande efervescência no Brasil. Segundo Gaio e Meneghetti (2011), a preocupação mais intensa com a educação dos sujeitos portadores de deficiências ocorreu apenas em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB nº 4.024/61. Até essa data, foram organizadas Campanhas subordinadas diretamente ao Ministério da Educação e Cultura-MEC e que tinham como meta a promoção, em todo território nacional, de treinamento, reabilitação e assistência educacional às pessoas com deficiências. São exemplos: a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro- Cesb, em 1957; Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais- CNERDV, em 1958; e Campanha Nacional de Educação do Deficiente Mental- Cademe, em 1960.

De acordo com os autores supracitados, a promulgação da LDB de 1961 foi um momento charneira, de grande contribuição para as discussões acerca da educação inclusiva e seus trâmites legais. Dez anos depois, em 1971, a legislação sobre as diretrizes e bases da educação nacional foi revista.

Em seguida, no mesmo ano, foi estabelecida a Lei educacional para o trabalho, lei de nº 5.692/71, que, em seu art. 1º, assume como objetivo geral proporcionar ao educando de 1º e 2º graus a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de

autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício da cidadania (GAIO; MENEGHETTI, 2011, p.30).

Em seu art. 9º, essa lei destaca ainda a preocupação com a caracterização da clientela de Educação Especial, composta, segundo Gaio e Meneghetti (2011, p?), por “alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”.

Diante do exposto, destacamos um longo caminho histórico pelo qual trilhamos até chegarmos no período de reconstrução democrática, quando foi promulgada, em 5 de outubro de 1988, a Constituição Federal, sendo discutidos o Estatuto da Infância e Adolescência-ECA e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Ainda como marco legal nessa caminhada rumo à inclusão não podemos deixar de ressaltar a contribuição da Conferência de Salamanca, que ocorreu na Espanha, no ano de 1994, onde foram elaborados os Princípios, Política e Prática em Educação Especial. Essa Declaração tornou-se um dos principais documentos sobre inclusão educacional e tem como signatários 88 países. A partir desse documento passou-se a abordar sobre o papel da escola regular na educação de pessoas com necessidades educativas especiais e sua posição de principal agente de mudança no combate a atitudes discriminatórias.

Outro documento de suma importância foi a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9.394/96, que teve suas discussões iniciais na comissão de educação da Constituição Federal de 1988. Foi o primeiro projeto apresentado dois meses depois da promulgação da Carta Constitucional.

Dessa maneira, com o passar do tempo, vimos, no Brasil, algumas modificações no que se refere ao tratamento para com as pessoas com necessidades especiais. Voluntária ou involuntariamente, podemos notar respeito ou discriminação em relação às pessoas, entre elas, aquelas em condições de deficiência visual, auditiva, intelectual e física.

Sobre o termo “portador”, em nosso país, surgiu, pela primeira vez, em textos legais, em oito artigos da Constituição Federal de 1988, que denominam o sujeito com deficiência como pessoa portadora de deficiência ou simplesmente deficiente. Segundo Silva (2014.p26), essa terminologia passou a ser utilizada em todos os documentos legais, entre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, nº. 9.394/96. Mas, em 8 de maio de 2013, essa lei foi atualizada e passou a nominar os alunos da educação especial como: “educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotados”.

Por consequência, a LDB de 1996, também foi atualizada, passando, então, a nominar os alunos da educação especial como “pessoas com necessidades educacionais especiais”.

Compreendemos a relevância da modificação do termo “portadora” para pessoas com necessidades especiais e concordamos com o ganho que a educação inclusiva teve, bem como as famílias, as crianças e todas as pessoas de um modo geral. Conforme a Política Nacional de Educação Especial – PNEE (2008), na perspectiva inclusiva o termo necessidade educacionais especiais “ressalta a interação das características individuais dos alunos com o ambiente educacional e social, chamando a atenção do ensino regular para o desafio de atender as diferenças” (SILVA, 2014, p. 27).

Sabemos que os avanços ocorridos em relação à educação inclusiva foram muitos e nos diferentes aspectos (políticos, econômicos, sociais e educacionais) que envolvem todas as pessoas que fazem parte do cenário educacional. Diante disso, gostaríamos de destacar a contribuição da Lei Brasileira de Inclusão Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência -LBI, nº 13.146, sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 6 de julho de 2015 e que, desde o dia 3 de janeiro de 2016, passou a garantir a milhões de pessoas com deficiência seus direitos. Na nova lei, constam regras para saúde, educação, trabalho, lazer, infraestrutura e outros direitos civis. Vale frisar que a LBI não é um presente, é uma conquista, fruto de muita luta, e fundamental para garantir os direitos e a autonomia das pessoas com deficiência. Essa conquista é resultado do avanço da cidadania, da luta das pessoas com deficiência e suas famílias, de entidades do segmento e da Sociedade civil, que se empenharam para que o Brasil se torne um País mais inclusivo, igualitário e justo.

A legislação, construída a partir de audiências públicas, assegura e promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e a liberdade fundamental da pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social, independência e cidadania.

### **3 A formação continuada: por um fazer mais inclusivo**

Não é novidade que ensinar é uma tarefa complexa e que exige dos professores conhecimentos novos, os quais, muitas vezes, até contradizem o que lhes foi ensinado e o que utilizam em sala de aula. Segundo Gaio e Meneghetti (2011), nessa perspectiva, a inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento dos educadores e para o benefício de alunos com e sem deficiência, pois envolve uma mudança de atitude face ao outro.

De modo mais claro, entendemos que incluir não consiste somente em realizar a matrícula de alunos com deficiência na escola, mas sim em um processo de criar um todo, de

reunir os alunos em geral, independente de sua condição étnica, social, física etc. Desse modo, é interessante que haja uma efetivação de ações que mobilizem toda a escola, seja por meio de palestras, reuniões, curso de formação, no que diz respeito aos princípios que fundamentam o processo de inclusão escolar.

De fato, não podemos realizar práticas inclusivas sem que estas sejam socialmente construídas, através da participação de todos os envolvidos. Porém, nós educadores temos uma grande responsabilidade nesse processo, uma vez que estamos formando sujeitos para a vida.

Para Alves (2005), o importante não é capacitar só o professor para a educação inclusiva, mas também toda a equipe de funcionários da escola, já que os alunos não estarão apenas dentro de sala de aula. Dessa maneira, compreendemos que alguém precisa orientar, capacitar os professores. Não adianta cobrar adaptação destes profissionais na escola se não há condições favoráveis para isso.

Ressaltamos, então, a importância da formação continuada como um dos sustentáculos para que o professor possa trabalhar a inclusão, tendo clareza do seu verdadeiro papel. Segundo Rodrigues e Esteves (1993), a formação continuada se constitui a partir do momento em que a análise de necessidades torna-se parte integrante do processo formativo, ou seja, da conscientização do professor através das práticas por ele desenvolvidas no seu cotidiano.

As autoras destacam a necessidade desempenhada numa função de natureza essencialmente pedagógica, sugerindo que o professor crie espaços, momentos favoráveis à conscientização dos seus problemas, dificuldades e interesses ao longo da sua formação. Essa análise torna-se parte integrante do processo formativo, sendo o professor concebido não como um mero objeto de formação, mas como um sujeito privilegiado desta.

Na continuidade do nosso estudo, trataremos da busca pela formação continuada como uma das maneiras que nos direciona na caminhada de um fazer voltado para uma análise reflexiva sobre a nossa prática pedagógica, sobre o nosso papel como mediadores. Destacaremos ainda os desafios desse trilhar mediante a inclusão de pessoas com necessidades especiais.

Segundo Vizim (2001), o discurso pedagógico é o grande elemento de análise do hiato existente entre teoria e a prática, pois, sendo a linguagem a expressão do pensamento, o ato de educar envolve todo o processo implícito da ação do educador.

Nos dias atuais, nós, da área de educação, poderemos receber em nossa sala de aula discentes com algum tipo de necessidade educacional especial, haja vista que a dinâmica que

valoriza e respeita as diferenças dos alunos é a nova política da educação escolar, política essa voltada para as especificidades e desenvolvida para a prática da cidadania.

Sendo assim, queremos, por meio de nossas experiências, destacar, a importância da nossa participação em cursos de capacitação. A seguir, citamos alguns por nós realizados e que tiveram grande importância em nossa formação. O primeiro curso que queremos ressaltar foi o de orientação e mobilidade, que nos remete a promover a emancipação da pessoa com deficiência, tendo como bojo a sua mobilidade e deslocamento independente, seja em ambientes fechados ou abertos, de forma orientada, eficiente e segura, permeados pelas possibilidades e necessidades de cada sujeito.

Conhecer e ter a possibilidade de acolher aos que necessitam de atendimento especializado com relação à orientação e mobilidade perpassa o histórico, conceitos e definições, inclusão no dia a dia, condução do deficiente visual e o manuseio da bengala, conteúdos de grande relevância para inclusão educacional e social.

Capacitar, atualizar e aperfeiçoar profissionais da área de educação para atuarem no segmento da orientação e mobilidade tornou-se o grande objetivo da política educacional de inclusão, fazendo-se necessária a implantação de programas específicos que venham atender as necessidades, especificamente dos alunos com deficiência visual.

A orientação e mobilidade é uma conquista que possibilita aos deficientes visuais a habilidade de compreender o ambiente, desde o seu nascimento, estendendo-se pela evolução no decorrer de sua vida e, conseqüentemente, até sua independência e inclusão na escola e na sociedade.

Nesse processo, destacamos a necessidade de nos aprimorarmos como educadores por acreditarmos que a participação e qualificação através do curso, não encerra o ciclo de aperfeiçoamento. O aprimoramento através de novas leituras, estudos e materiais referentes à educação especial, agregarão conhecimento e experiência enquanto professores mediadores, trazendo resultados significativos na educação, em nosso fazer, nas práticas inclusivas direcionadas ao discente deficiente visual.

Um outro curso que destacamos de relevância e contribuição para o nosso conhecimento foi o sistema Braille, um código universal de leitura tátil e de escrita usado por deficientes visuais, facilitando o relacionamento e ajudando a desfazer os mitos e preconceitos que envolvem a figura do indivíduo cego.

Comprovadamente, esse sistema tem plena aceitação por parte das pessoas deficientes visuais, tendo-se registrado, no entanto, algumas tentativas para a adoção de outras formas de

leitura e escrita sem resultado prático. Por sua eficiência e vasta aplicabilidade, a invenção de Louis Braille impôs-se definitivamente como o melhor meio de leitura e escrita para as pessoas cegas.

O Braille é um sistema gráfico que pretende facilitar o aprendizado do método. Com os símbolos divididos em grupos, o participante poderá perceber primeiramente quais pontos formam cada letra Braille. Num segundo momento, há a repetição de cada letra, no intuito de facilitar a memorização. Concluída essa fase, o usuário pode manipular e visualizar em cada célula Braille, podendo alterar e fixar o aprendizado. A partir do segundo grupo de letras, ao se acrescentar ou retirar apenas um ponto do grupo anterior, forma-se um novo grupo de letras, acelerando o processo, bem como o repasse de regras utilizadas para a escrita e o sistema numérico que serão adotados dentro do sistema.

As alterações no Sistema Braille, posteriormente ocorridas, ficarão à cargo dos esforços de professores, técnicos especializados e de instituições ligadas à educação dos deficientes visuais e à produção de livros em Braille, que devem procurar manter o sistema acessível e atualizado.

As pessoas que veem não precisam do tato para ler em Braille. Com o aprendizado do sistema, composto por 63 símbolos, formados pela combinação de seis pontos em uma célula, o indivíduo que vê pode ler textos em Braille apenas substituindo as letras comuns pela nova simbologia.

O curso nos permitiu aprender a ler, escrever e esclareceu as atribuições desse método utilizado pelos deficientes visuais. Nas aulas tomamos conhecimento sobre a deficiência, os Conselhos e instituições, a acessibilidade e as práticas educativas a serem utilizadas na *práxis*.

De fato, poucos são os trabalhos publicados sobre o ensino do sistema Braille. A falta de bibliografia e fontes de pesquisa contribuem com essa realidade. Não podemos descartar a importância do mesmo para a educação inclusiva, tendo em vista que o aprendizado proporciona aos alunos uma maior independência na escrita e leitura, facilitando a comunicação e socialização.

Agregado a esses cursos acima citados, que têm contribuído de maneira muito significativa em nossas vivências e práticas como professores mediadores no processo de ensino e aprendizagem, de formação e auto formação, tivemos ainda a participação em eventos científicos que discutem educação inclusiva, acessibilidade e a diversidade. Nesses eventos, houve a apresentação de trabalhos publicados, assim como a participação na roda de conversa sobre a Lei Brasileira de Inclusão de nº 13.145, de 06 de julho de 2015, através de

leituras, discussões, estudos, debates entre outros, os quais têm contribuído muito para ampliar os nossos conhecimentos nessa área.

Ainda como contribuição para a efetivação da prática inclusiva, queremos destacar a prática em sala de aula, os desafios desse fazer, a busca por referenciais teóricos que discutem a inclusão em suas pesquisas como forma de aliar teoria e prática e de quebrar as amarras de uma educação que exclui, que marginaliza e banaliza o outro, o diferente, o desconhecido. Essa é uma forma de otimizar as nossas ações pedagógicas, de forma a atender aos alunos com deficiência, com dificuldade de aprendizagem, considerando os avanços da ciência. Sabemos que todo ser humano nasce com potencialidades para aprender, no entanto, seu desenvolvimento só será devidamente compreendido quando visto como um processo e não como um fato consumado. É preciso, então, que consideremos os sujeitos com deficiências em sua totalidade e não de maneira fragmentada.

#### **4 A necessidade de um novo trilhar**

Para melhor repensarmos sobre os procedimentos de intervenção nas práticas educativas inclusivas como um desafio do professor, se faz necessário compreendermos como ocorre a inclusão em sua totalidade. Por isso, este estudo trouxe consigo a proposta de colocar em destaque a inclusão escolar e a prática pedagógica do professor, focando nos desafios desse caminhar mediante a formação continuada voltada para a inclusão de pessoas com deficiência.

Sabemos que a Lei Brasileira de Inclusão -LBI, nº 13.146, de 06 de julho de 2015, vem contribuir para uma discussão mais alicerçada nos moldes da regulamentação e legitimação dos direitos e deveres das pessoas com deficiência. Desse modo, ressaltamos a importância dos cursos de mobilização, Sistema Braille, a participação em eventos científicos e publicação de artigos voltados para essa temática, que tem contribuído de maneira significativa para o nosso fazer em sala de aula, assim como o refletir das nossas práticas pedagógicas.

Se faz lúcido afirmar que, apesar de alguns avanços significativos na área de inclusão virem ocorrendo, ainda percebemos de maneira muito firme a evidência da lacuna entre as políticas de educação inclusiva, os projetos propostos e as práticas em sala de aula.

Mediante as discussões ocorridas no decorrer deste estudo, assim como as inquietações acerca da problemática que envolve a educação inclusiva, passamos a compreender que a prática do professor em sala precisa ser direcionada a promover a

igualdade e equidade, uma vez que é através do nosso fazer que ocorrem as práticas inclusivas. Nesse sentido, apontamos a relevância da formação continuada, que promove um despertar de uma nova *práxis*. Entretanto, não podemos afirmar que a participação e qualificação através desses cursos encerra o ciclo de aperfeiçoamento. As novas leituras e materiais referentes à educação especial, agregarão conhecimento e experiência ao professor enquanto mediador, trazendo resultados significativos na educação do alunado com necessidades especiais. Ademais, faremos uso das experiências obtidas através de cursos de formação continuada e das práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto de sala de aula

Não deixa de ser um desejo nosso e de todos aqueles que lutam por uma educação mais inclusiva a busca pelo cerne da questão referente à prática pedagógica do professor como agente de transformação e reflexão frente à sociedade na qual estamos inseridos. Inevitavelmente, esse estudo ficará a mercê do inacabado e da incerteza que permeia as contingências da ação do professor. Assim, fica o convite. Precisamos colocar em prática nossas descobertas, para que possamos dar a nossa contribuição no que se refere à educação inclusiva.

### Referências

- ALVES, Fátima. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. RJ: Wak, 2005.
- BRASIL. Ministério de educação e cultura. **LDB- Lei nº 9.394/96** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.
- \_\_\_\_\_. Constituição da República do Brasil. Brasília, 1998.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a organização do trabalho pedagógico**. Porto alegre: Mediação, 2014.
- GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob. **Educação especial**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011.
- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **LBI- Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015.
- RODRIGUES, Ângela; ESTEVES Emanuela. **A análise de necessidades na formação de professores**. Portugal: Porto Editora, 1993.
- SILVA, Lúcia Guacira dos. **Educação inclusiva: práticas pedagógicas para uma escolar sem exclusão**. São Paulo: Paulinas, 2014.
- VIZIM, Shirley e Marli. **Educação especial: Múltiplas leituras e diferentes significado**. Local. Editora, ano.